



Redes. Revista do Desenvolvimento  
Regional

ISSN: 1414-7106

revistaredes@unisc.br

Universidade de Santa Cruz do Sul  
Brasil

Katsurayama Cazzolato, Nara; Alves, Luiz Roberto  
GOVERNANÇA REGIONAL E FATECS: O GRANDE ABC EM FOCO  
Redes. Revista do Desenvolvimento Regional, vol. 20, núm. 1, enero-abril, 2015, pp. 69-  
87  
Universidade de Santa Cruz do Sul  
Santa Cruz do Sul, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=552056816005>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica  
Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal  
Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

## GOVERNANÇA REGIONAL E FATECS: O GRANDE ABC EM FOCO

### *REGIONAL GOVERNANCE AND FATECS: GREAT ABC IN FOCUS*

Nara Katsurayama Cazzolato

Universidade Metodista de São Paulo – SP – Brasil

Luiz Roberto Alves

Universidade Metodista de São Paulo – SP – Brasil

---

**Resumo:** O ensaio estudou a relação entre a implantação das FATECs no Grande ABC e o trabalho da governança regional, analisado a partir do Planejamento Regional Estratégico – PRE, concebido em 1999-2000 pela Câmara Regional e pelo Consórcio Intermunicipal. A implantação e a gestão das FATECs foram analisadas a partir de um estudo de casos múltiplos: unidades Mauá, Santo André, São Bernardo do Campo e São Caetano do Sul. Seus dirigentes foram entrevistados, tendo em vista a perspectiva de conjunto da política institucional e seu alinhamento com as estratégias regionais. Como resultado, tem-se o encontro de dois discursos e duas práticas. De um lado, o fato de a implantação das FATECs no Grande ABC ocorrer como obra do plano de expansão do CEETEPS. De outro, o fato de que a governança regional trabalhou o tema enfaticamente em suas reivindicações junto ao governo paulista, notadamente por meio do Eixo Estruturante 1 do PRE.

**Palavras-chave:** Ensino superior. Grande ABC. FATEC. Governança regional.

**Abstract:** The trial studied the relationship between the implementation of the Great ABC's Fatecs and the work of regional governance, analyzed facing the Regional Strategic Planning - REP, designed in 1999-2000 by the Regional Board and the Intermunicipal Consortium. The Fatec's deployment and management were analyzed in a multiple case study: Units from Maua, Santo André, São Bernardo do Campo and São Caetano do Sul. The leaders from this units were interviewed, with a view to overall survey of institutional policy and its alignment with regional strategies. As a result, there is the meeting of two speeches and two practices. On the one hand, the fact that the implementation of the Great ABC's Fatecs occurred as the work of CEETEPS' expansion plan. On the other, the fact that regional governance theme worked strongly in their claims by the state government, notably through REP's Structuring Axis.

**Keywords:** Higher Education. Great ABC. FATEC. Regional Governance.

---

### Introdução

De acordo com Teixeira (1988), em toda e qualquer sociedade encontram-se, no mínimo, quatro instituições fundamentais: a Família, o Estado, a Igreja e a Escola. Sucintamente, é possível dizer que a função da Família está no desenvolvimento do ser humano e na procriação de sua espécie; o Estado cuida da ordem e regula o convívio entre as pessoas; a Igreja proporciona a devoção social; à Escola cabe humanizar e socializar os indivíduos que convivem em sociedade. Este estudo concentra-se na relação entre a instituição *Escola*, consubstanciada pelo ensino superior, no caso as Faculdades de Tecnologia, e o *Estado*,

representado pela governança regional<sup>1</sup> do Grande ABC. Dado o trato do tecnológico e do “estado” regional, a memória do texto clássico de Durkheim (1955) sobre os sistemas educacionais faz-se indispensável. Ali, depois de discutir postulados de Mill e de Kant, que estudam a integralização humana, a perfeição e a felicidade como corolário da educação, Durkheim reflete como sociólogo, pois vê que o suposto ideal da educação de fato se liga ao tipo de sociedade concreta onde os educandos nascem e vivem. Ainda mais, diversamente de Rousseau, o autor de **Educação e Sociologia** propunha o estrito caráter social da educação, que se realiza no grupo, no interior de crenças, no processo político e profissional.

A universidade é uma instituição indispensável na sociedade moderna, pois é a partir dela que os indivíduos conquistam autonomia e tornam-se socialmente participantes, com características e cultura próprias. Para Teixeira (1988), o conceito, a função e a ideologia da universidade estão diretamente ligados à autonomia, à liberdade, à cultura e ao conhecimento. Hoje, a missão das universidades não reside somente no sentido de formar acadêmicos e profissionais. Elas são o meio pelo qual a sociedade tem a chance de conhecer a si própria, discutir e tomar decisões. Esta é uma responsabilidade não somente dos acadêmicos, mas de todos os atores sociais (PENIN, 2006). Daí o seu envolvimento com as políticas públicas e a gestão das cidades.

Segundo dados do Censo da Educação Superior (INEP, 2013), em 2013 a taxa bruta de escolarização na universidade brasileira, que foi 16,6% em 2002, hoje é de 28,7%. Já a taxa líquida chega a 15,1%, tendo sido de 9,8% em 2002, o que leva os números a cerca de sete milhões e quinhentos mil estudantes.

Ainda de acordo com o Censo da Educação Superior (INEP, 2013), é necessário destacar, porém, que o quintil mais pobre entre universitários ainda é de 6,2%, enquanto o quintil mais rico se eleva a 67,8% e se sabe que os cursos tecnológicos, inclusive a distância, foram os que mais cresceram nos últimos 10 anos, melhorando o quintil dos mais pobres. Vê-se, pois, que o país tem ainda muito a fazer nesse quesito socioacadêmico. Interessa ao sistema educacional brasileiro construir a qualidade social da educação básica, cujo universo é de 53 milhões de crianças e adolescentes, pois o fenômeno incide diretamente nos percursos de qualidade do ensino superior, visto que a média de anos de estudo no Brasil ainda é de 7 anos e meio.

O Plano Nacional de Educação – PNE, aprovado pela Lei 13.005/2014, que também considera a Emenda Constitucional Nº 59/2009 e a Lei 12.796/2013 (que altera a Lei 9.394/1996 referente às Diretrizes e Bases da Educação Nacional), institui a obrigatoriedade dos estudos entre 4 e 17 anos e, a rigor, a educação contínua para todas as pessoas, visto que o ato de se educar é direito subjetivo e constitucional. Nessa legislação recente também fica evidente o conjunto de estratégias com vistas a expandir todo o sistema de ensino, mas fazê-lo de modo

---

<sup>1</sup>Embora as Ciências Sociais tenham construído significativa herança crítica a propósito de “governança”, aqui não se discute governança corporativa *stricto sensu*, nem os projetos gerais do Estado, mas sim um lugar regional que optou por um processo de reestruturação socioeconômica, no interior da crise do capital e dos sistemas produtivos vividos desde os anos 80 nos polos industriais construídos a partir de 1955.

diverso do que foi entre 1970 e 2000, isto é, garantir qualidade nos percursos formativos de todos os níveis, etapas e modalidades.

Cabem mais alguns dados sobre a educação superior brasileira. O país tem 193 universidades e um total de 2.600 IES. Enquanto ainda é maior o número de bacharéis no sistema educacional, nota-se crescimento rápido da modalidade Tecnologia e mesmo da forma a distância (EAD), já com 1.148 cursos registrados no MEC. Considerando o crescimento posterior a 2013, o alunado da área tecnológica, na qual se coloca o curso aqui analisado, chega a 1 milhão de estudantes, no universo dos quase oito milhões de estudantes da universidade brasileira.

Entretanto, dados e números não falam por si. Freire (2006) defende a ideia de que a educação precisa estar de acordo com a realidade que cerca o indivíduo. Nesse mister se localiza a escola. A gestão do ensino liga-se ao fenômeno da consciência coletiva, inclusão social e relação com o meio ambiente. Seguindo o raciocínio da relação entre universidade e sociedade, Steiner (2004) discute o *sentido* da universidade. Para ele, conhecimento, cultura popular e demais fatores que determinam a condição da civilização devem se somar, pois a preocupação com o futuro do país e do mundo é de todos. Assim, é importante que os atores sociais discutam sobre educação, sociedade civil, poder público e economia.

Conforme afirmou Drucker (1999) no final da década passada, vive-se a era do conhecimento, na qual o Capital continua sendo fonte de riquezas. Entretanto, sem conhecimento, não há sinônimo de poder. Portanto, as IESs tornam-se centros demandados de formação não apenas acadêmica e profissional, mas também social (BUARQUE, 2003; SCHWARTZMAN, 1981; STEINER, 2004). A rigor, busca-se construir uma nova cultura tecnológica, quer pela sinergia com os arranjos produtivos, quer pela capacidade na agregação de valor social aos lugares onde se instalam. No entanto, é verdade que a análise crítica deve operar certa dialética porque os textos contemporâneos que discutem políticas públicas e desenvolvimento – nas quais a universidade está diretamente envolvida – mostram que há empecilhos nas ações de governos e governanças. Souza (2007, p. 66) generaliza e entende que:

ainda não se conseguiu formar coalizões políticas capazes de equacionar, minimamente, a questão de como desenhar políticas públicas capazes de impulsionar o desenvolvimento econômico e promover a inclusão social de grande parte de sua população [América Latina].

O crescimento da universidade implica o sério problema da gestão da qualidade, que não é uma lista de competências, mas sim um conjunto de referências sociais: valores, necessidades, objetivos, partilhados pela sua inteligência escolar e universitária. No fundo, trata-se de avaliar as políticas e não permitir que os projetos educacionais percam o foco. Silveira et al. (2013, p.306) mostram que projetos, programas, planos e políticas

Deveriam ser desenvolvidos com foco nas pessoas, nos cidadãos, no sentido de promover melhorias na sua qualidade de vida. A avaliação

tende a ser vista como a principal ferramenta para assegurar que tais melhorias serão dirigidas aos seus beneficiários.

A rigor, o universo da educação se realiza como processo de gestão social e é nesse movimento que se deve entender o crescimento de novas modalidades universitárias. Cabe lembrar, outrossim, que esse processo tem um território. No caso presente, uma região emblemática do país, o Grande ABC Paulista, que trabalha sob o regime consorcial, sob um arranjo de municípios. Nesse sentido, a política é intersetorial. Novamente, a visão dialética deve ser destacada, pois ajuda a compreender o objeto deste artigo, as FATECs. Wanderley (2013, p. 51) destaca que:

[...] é importante não perceber a municipalização no Brasil como um avanço já consolidado. A heterogeneidade de municípios num país de tamanho continental, as desigualdades regionais, a ausência de competências locais, a presença ainda enraizada de oligarquias e nepotismos são alguns dos tantos desafios e constrangimentos para uma municipalização assertiva.

Há, também, outros fatores que merecem atenção. A questão da democratização do conhecimento para benefício do indivíduo e da própria sociedade é essencial. Torna-se necessário aliar conhecimento científico e técnico à inovação, o que produz aplicações àquilo que se pesquisa: “Quando nos referimos ao conhecimento, (...) estamos falando de uma variedade de atividades que vão desde a geração do conhecimento puro (ciência) e aplicado (tecnologia) até a capacidade de, a partir dele, produzir riqueza (inovação)” (STEINER, 2006, p. 75). Nessa linha, surgem no Brasil, na década de 1970, os cursos técnicos especialmente dedicados à formação de profissionais para atender as necessidades de mercado. Entretanto, somente em 1996, a partir da nova LDB e seus desdobramentos legais, a educação tecnológica foi legitimada e incentivada no país. Com a publicação da lei maior da educação brasileira, inúmeros cursos superiores de tecnologia (CSTs) foram criados ao longo da década de 1990 e 2000. Como se observou, os cursos de tecnologia crescem rapidamente.

A proposta político-pedagógica das FATECs ganha espaço nesse cenário de mudanças e desenvolvimento socioeconômico, com o objetivo de oferecer à população oportunidade de aprendizado técnico e profissional, de nível superior, com reconhecimento da Federação, por intermédio do MEC, contribuindo para a formação e o desenvolvimento dos qualificados para renovadas formas de trabalho. Pode-se arriscar dizer que as FATECs são uma forma de compromisso público com a educação superior tecnológica, oferecendo cursos de acordo com as necessidades da região onde se encontram. A discussão do tema **ensino superior** e sua forma de oferecimento associada à economia regional enseja o debate das realidades socioeconômicas e administrativas. O objetivo principal deste estudo é analisar a gestão das FATECs sob um olhar social e crítico, buscando identificar seu papel na sociedade e a relevância da prática de suas ações na Região do Grande ABC.

## O Lugar da Inserção: a Região do Grande ABC

O Grande ABC está localizado no sudeste metropolitano de São Paulo. Possui a extensão de 841km<sup>2</sup> sendo que, desses, 472 km<sup>2</sup> são áreas de mananciais. É formado por sete municípios: Santo André, São Bernardo do Campo, São Caetano do Sul, Diadema, Mauá, Ribeirão Pires e Rio Grande da Serra. Atualmente, a população do ABC está em torno de 2,6 milhões de habitantes. Considerando que o Estado de São Paulo possui cerca de 42.673.386<sup>2</sup> de habitantes, o Grande ABC representa aproximadamente 6% do total do Estado. Seus dados podem ser comparados à Região Administrativa de Campinas, cuja população total é de aproximadamente 6.548.374 milhões de habitantes, porém distribuídos em 90 municípios (e não apenas em 7 como no Grande ABC). Portanto, é possível dizer que o Grande ABC possui grande representatividade de população no Estado de São Paulo, sem dúvida uma das maiores.

O ABC é um grande mercado consumidor, estando entre os três maiores mercados nacionais: "A Região do Grande ABC é o terceiro mercado consumidor no Brasil, só perdendo para as cidades de São Paulo e do Rio de Janeiro" (ABRUCIO; SOARES, 2001, p. 128). Analisando os números que a região do ABC apresenta no cálculo dos índices de desenvolvimento estadual, a região apresenta indicadores de analfabetismo pela metade e renda *per capita* próxima ao dobro. É ainda um grande empregador industrial, em fase de reciclagem de sistemas de trabalho. Nota-se também que cinco das sete cidades do Grande ABC (Santo André, São Bernardo, São Caetano, Diadema e Mauá) estão entre os 100 municípios brasileiros com maior representatividade em relação ao Produto Interno Bruto – PIB 2011. Destacam-se as posições que São Bernardo e Santo André ocupam nessa lista: 14º e 33º lugar, respectivamente<sup>3</sup>.

Em relação ao emprego formal registrado no Grande ABC, a região chegou a uma taxa de desemprego superior a 23% em 1999. O índice de desemprego cresceu de 1990 a 1993, depois entrou em queda com a chegada do Plano Real e, desde 1995, voltou a crescer. A taxa de desemprego total na região, referente a junho de 2013, publicada pelo SEADE-DIEESE / Consórcio Municipal Grande ABC, era de 10,9% e, em 2014, apesar de iniciar o ano com um índice de 8,9%, em dezembro fechou em 10,9%. Em 2015, por enquanto, o índice mantém-se em 10% de desempregados.

Outro fator importante é a questão do emprego chamado "informal", ou seja, atividades não registradas em carteira de trabalho, as quais precarizam as condições do trabalhador e, na maioria das vezes, significam menores salários. Abrucio e Soares (2001, p. 142) alertam: "Segundo estimativa da Agência de Desenvolvimento do Grande ABC, as ocupações informais cresceram de 23% para, aproximadamente, 32% do total de ocupações na década de 90". Evidentemente, movimentos de governança, com forte presença sindical, trabalham em direção contrária à informalidade. No entanto, estudos mais

<sup>2</sup>Disponível em: <http://produtos.seade.gov.br/produtos/imp/index.php?page=tabela> (SEADE, 2014).

<sup>3</sup>Disponível em: [ftp://ftp.ibge.gov.br/Pib\\_Municipios/2011/pdf/tab01.pdf](ftp://ftp.ibge.gov.br/Pib_Municipios/2011/pdf/tab01.pdf) (IBGE, 2011).

complexos são necessários para que se entenda a informalidade em países componentes do BRIC, Brasil, Índia, Rússia, a par da precarização do trabalho chinês. Durante o Fórum Social de Nairobi, 2007, quando os sindicalistas brasileiros informaram que a informalidade no trabalho brasileiro chegava a 60%, os representantes indianos retrucaram que em seu país o fenômeno chegava a 80% e, também por via de informação sindical, soube-se que na África remonta a mais de 90%.

Em relação à educação superior, o Grande ABC possui, atualmente, 84 instituições de ensino superior (IES) credenciadas pelo Ministério da Educação – MEC<sup>4</sup>. Nessas estão considerados os Polos de Apoio Presencial, ou seja, polos devidamente registrados no MEC para oferecimento de cursos a distância, cujas instituições mantenedoras encontram-se em outras regiões. Se consideradas apenas as IES que atuam no Grande ABC e possuem sede/matriz nesta região, tem-se um total de 37. Dessas, 29 são privadas e apenas oito são públicas. Santo André e São Bernardo do Campo são os municípios do Grande ABC que possuem maior número de IES cadastradas no MEC e Rio Grande da Serra é o único que não possui nenhuma IES.

## **A Governança Regional**

Nas últimas décadas do século XX, o país viveu um período de crise política e econômica devido às mudanças trazidas pelo processo de internacionalização de sistemas econômicos e industriais. Esse processo foi marcado, principalmente, pela abertura da economia nacional, elevadas taxas de juros, desenvolvimento da tecnologia da informação e dos novos sistemas produtivos, política de privatizações, além dos incentivos à importação. Isso desencadeou uma série de consequências para o mercado brasileiro, ou seja, o Estado nacional enfraqueceu e, com isso, sua política e sua situação econômica naturalmente sofreram mudanças e diminuíram a competência indutiva. A região do Grande ABC viu-se frente a um parque industrial carente de atualização tecnológica, com muitas empresas em processo de êxodo, à procura de impostos mais baixos, mão de obra mais barata e de incentivos fiscais. Com isso, vieram o desemprego, a exclusão social e a crise socioeconômica da região.

Motivados pela necessidade de mudança e crescimento da economia, as lideranças políticas iniciaram debates acerca dos principais problemas que a região enfrentava. É nesse contexto que surge uma nova articulação política regional, caracterizada pelo desenvolvimento de um trabalho conjunto entre o poder público, os arranjos produtivos e a cidadania organizada: a governança regional. O objetivo dessa articulação política foi o de analisar as mudanças socioeconômicas ocorridas nas últimas décadas e criar propostas para um futuro melhor para a população local, recriando o processo de desenvolvimento sob novos alvos e métodos.

---

<sup>4</sup>Disponível em: <http://emec.mec.gov.br/> (MEC, 2013).

Nesses debates, detectaram-se os principais aspectos que dificultavam o crescimento econômico da região, como: redução de empregos na região<sup>5</sup>; “guerra” fiscal que incentivou a transferência de indústrias; acirramento da concorrência entre as empresas; aumento do valor da mão de obra, do custo da água e da logística; violência urbana; crescimento do número de veículos e consequências para o trânsito; o problema das enchentes; falta de recursos públicos e linhas de financiamento em geral. Há também outros aspectos considerados, como as novas tecnologias de produção e as novas relações de trabalho.

Reis (2008) afirma que é a partir dessa articulação política que se inicia um novo tempo para a região, com base na criação de três importantes instituições formadoras desta gestão integrada: o Consórcio Intermunicipal, a Câmara Regional e a Agência de Desenvolvimento Econômico do Grande ABC. A união e a soma de forças das diferentes lideranças políticas são essenciais neste processo de integração regional, afinal, “somos região e não sete municípios atomizados” (ALVES, 2008, p. 222).

O Consórcio Intermunicipal das Bacias do Alto Tamanduateí e Billings, também conhecido como Consórcio Intermunicipal do Grande ABC, foi constituído em 19 de dezembro de 1990, classificado juridicamente como sociedade civil de direito privado.

O Consórcio Intermunicipal foi criado com objetivo de representar os sete municípios consorciados em matérias de interesse comum, além de defender políticas consensuais para o desenvolvimento da região, independentemente das possíveis diferenças político-partidárias. (REIS, 2008, p. 43)

Sua estrutura funcional é composta pelo Conselho de Municípios (formado pelos prefeitos dos sete municípios do Grande ABC), Conselho Fiscal, Conselho Consultivo e Secretaria Executiva. O cargo de presidente é exercido por um dos prefeitos da região, eleito para o mandato de um ano. Em relação à questão financeira, o Consórcio é sustentado por cotas de contribuição dos próprios municípios participantes, respeitando-se a proporcionalidade das receitas de cada prefeitura. Sua principal finalidade é a de criar propostas e projetos para melhoria da qualidade de vida na região, bem como planejar ações que possam colocar em prática tais propostas. Suas prioridades têm sido os serviços na área de infraestrutura, a ampliação das competências tecnológicas, os transportes e o desenvolvimento urbano.

Portanto, o Consórcio foi o primeiro passo rumo às políticas públicas integradas regionalmente, tendo recebido reconhecimento regional, estadual e federal. Nesse contexto, surgiu a ideia de criação da Câmara do Grande ABC, popularmente conhecida como Câmara Regional, criada em meio a inúmeras discussões da política regional, a fim de diagnosticar os principais problemas da

---

<sup>5</sup>Tal preocupação justifica-se pelos números: em 1998, a Pesquisa Emprego Desemprego (PED) realizada pelo Seade apresentou perda de 12 mil postos de trabalho (CÂMARA, 1999). Em 1995, a taxa de desemprego na região também foi alta: 13,2% da PEA (MONTAGNER; BRANDÃO, 1998).

região e propor soluções. O Consórcio propôs a formação de um fórum de debates com a participação das prefeituras dos sete municípios, representantes da sociedade civil e também o governo do Estado. “Esta equipe apresentou uma proposta de estatuto social da instituição, sendo que, no dia 12 de março de 1997, o documento é aprovado ocorrendo o lançamento oficial da Câmara Regional com a presença de lideranças locais e do Governador do Estado de São Paulo” (REIS, 2008, p. 81-82).

A Câmara foi constituída por um Conselho Deliberativo (composto por 43 integrantes) e uma Coordenação Executiva (composta por 25 integrantes). Ou seja, em sua formação, encontram-se representantes do governo do Estado de São Paulo, dos trabalhadores da comunidade, das prefeituras da região, deputados estaduais e federais, vereadores e o Fórum Cidadania. Dentre suas tarefas prioritárias, destacam-se a criação de uma política de incentivos para o setor industrial e terciário, bem como a qualificação da mão de obra e atualização tecnológica dos setores; programas de proteção ambiental, destinação de resíduos e controle das enchentes; projetos para melhoria das áreas de saúde, habitação, educação e segurança; e revisão de questões administrativas, principalmente tributárias.

Interessante destacar que a Câmara desenvolveu um processo de direção democrática com base nas câmaras de setores produtivos, comuns na experiência italiana e alemã, bem como testada aqui nos anos 80. Ali se destacaram a vontade coletiva e a preocupação social, necessariamente associadas ao lucro e à distribuição de riquezas. Nasce, pois, uma nova relação entre instituições públicas, sociais e privadas, de modo que cresce a preocupação com o coletivo e não somente com problemas isolados em cada município. Estava em jogo o espírito da governança, impulsionado pela ideia de pluralidade, parceria, cooperação, democracia. Convém reforçar que esse movimento cívico se nutriu do conhecimento dos distritos industriais da terceira Itália, capitaneada por Milão, bem como pelos progressos da Baviera alemã e pela recuperação socioeconômica do Vale do Ruhr e Detroit.

O trabalho da Agência de Desenvolvimento Econômico do Grande ABC, ADE, criada em 1998, era, basicamente, o de resgatar o potencial industrial, ao mesmo tempo em que o preparava para as novas dinâmicas de produção, com a atualização de sistemas e qualificação dos profissionais que chegavam para atuar neste novo cenário tecnológico. Também atuava a favor de políticas de incentivo para outros segmentos de mercado, principalmente o setor terciário (comércio e serviços). Outra tarefa urgente era a do fortalecimento das micro, pequenas e médias empresas que despontavam no mercado local, ainda carentes de recursos financeiros para sustentação. Para tanto, a região criou várias incubadoras de empresas, sendo a primeira na cidade de Mauá. Os resultados da governança regional podem ser identificados através da análise do trabalho de seus três principais atores apresentados:

[...] foram atores e ações originais que preencheram esse tempo coletivo, 1989 a 1999, motivando investimentos comuns de instâncias de

governo, acionamento de cadeias produtivas, aprendizado de cidadania, olhar político regionalizado, garantia relativa de PIB e índice de consumo não tão trágico [...] como se profetizava no decorrer da segunda metade dos anos 80. (ALVES, 2008, p. 223)

Desde o início de suas atividades, em 1991, o Consórcio Intermunicipal deu continuidade ao processo de reivindicação a favor da implantação de uma universidade pública no Grande ABC, processo que existia há mais de vinte e cinco anos. De 1991 a 2003, foram inúmeras discussões para se conseguir efetivar a proposta. Somente ao final de 2003 é que o projeto de Lei Nº3962/2004 apresentado pelos deputados federais do ABC propunha, efetivamente, a implantação da universidade caracterizada, principalmente, pela inserção regional, ou seja, uma universidade que fosse condizente com os avanços políticos e as demandas da região. Em julho de 2004, o projeto de Lei Federal Nº3962/2004 foi enviado para o Congresso Nacional pelo Presidente da República e, em março de 2005, foi aprovado. Hoje a UFABC já se encontra instalada em 3 campi: Santo André, São Bernardo do Campo e Mauá.

Em relação aos programas de alfabetização, o Consórcio Intermunicipal uniu-se ao governo federal para implantação do programa “Brasil Alfabetizado”, criado pelo Ministério da Educação. Dentre os setes municípios do ABC, Diadema foi a cidade que apresentou melhores resultados com o programa: de 12,71% de analfabetos com quinze anos ou mais em 1991, o número caiu para 6,8% em 2000. Entre 1999 e 2001, foi desenvolvido e aplicado um programa de qualificação e requalificação profissional destinado aos profissionais da área de transformações de materiais plásticos, representados principalmente pelo polo petroquímico situado em Mauá. Este programa foi resultado do trabalho conjunto entre prefeituras, sindicatos, polo petroquímico e governo do Estado, e atendeu 4.500 trabalhadores do ABC.

Alguns anos depois, entre 2003 e 2004, o Consórcio estabeleceu nova parceria para qualificação profissional, desta vez em parceria com o Ministério do Trabalho e Emprego: “Financiado por recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador foram atendidos 1.700 trabalhadores, prioritariamente em situação de vulnerabilidade social” (REIS, 2008, p. 94). Ainda na área de qualificação e formação profissional, “(...) deu-se a implantação das unidades do CEETEPS – Centro Estadual de Educação Tecnológica “Paula Souza” em Mauá, Santo André, São Bernardo do Campo e São Caetano do Sul, como resultado de acordo com o governo do Estado” (REIS, 2008, p. 93).

Alves (2008) destaca que, embora o trabalho da governança regional tenha apresentado resultados positivos e se comporte de maneira inovadora no novo cenário econômico e social instalado no ABC, ainda falta atuação mais comprometida de duas importantes instituições: a câmara de vereadores e as universidades. Ele ressalta que a primeira instituição escolar de nível superior pública e gratuita, ou seja, plenamente pública, instalada na região foi a FATEC Mauá, em 2002, antes mesmo da Universidade Federal do ABC, em 2005. E explica:

As universidades ainda não produziram sentidos de responsabilidade pública, mesmo porque não têm referência pública. A primeira escola pública e gratuita da região foi a FATEC, do Centro Paula Souza, instalada em Mauá. Instalada inicialmente em Santo André, a Universidade Federal do Grande ABC começa a ganhar contornos. Esperada há trinta, promete ter 20 mil alunos em 10 anos, a fim de dar suporte às políticas regionais e participar da liderança na construção de conhecimento. (ALVES, 2008, p. 221)

As políticas integradas de caráter regional do Grande ABC trouxeram à tona debates importantes para o diagnóstico da situação que se vivia, de plena crise, e ao mesmo tempo propôs, de forma cooperativa e democrática, propostas para o crescimento econômico e melhorias para a qualidade de vida da população. A participação da sociedade civil junto ao trabalho do poder público foi essencial para concretizar planos e viabilizar estratégias. A união tripartite entre poder público, organizações de capital e comunidades cívicas organizadas foi um marco na história recente do Grande ABC.

## O Planejamento Regional Estratégico

O Consórcio Intermunicipal, a Câmara Regional e a Agência de Desenvolvimento, em trabalho com outros movimentos, foram instituições que representaram a governança regional do ABC principalmente durante a década de 1990, período em que a economia local encontrava-se em uma intensa crise. Era preciso criar um instrumento que orientasse os próximos passos, de forma organizada e estratégica. Em março de 1999, durante o 1º Workshop de Planejamento Regional promovido pelo Consórcio Intermunicipal, foram discutidas informações referentes às sete cidades do ABC, cujo objetivo era criar um Planejamento Regional Estratégico – PRE.

O Planejamento foi construído com a participação direta de mais de 300 pessoas, representantes de mais de 100 instituições. Constituíram este grupo o poder público municipal e estadual e membros da sociedade civil. As informações discutidas no *workshop* foram descritas em um documento diagnóstico, que posteriormente originou o Planejamento Regional Estratégico do ABC. O diagnóstico foi estruturado em três etapas: 1) política industrial nacional – Plano de Metas; 2) transformações da indústria; 3) os possíveis cenários no futuro da Região.

Em agosto de 1999, o Conselho Deliberativo da Câmara do Grande ABC aprovou o documento diagnóstico que apresenta oficialmente as propostas do Planejamento Regional Estratégico. Assim, o PRE do Grande ABC foi constituído em 1999-2000 para atuação de dez anos. Quanto à estrutura, “foram estabelecidos 40 programas, 134 subprogramas e 298 ações estratégicas, aglutinadas em 07 grupos temáticos chamados *eixos estruturantes*” (REIS, 2008, p. 89). Os eixos estruturantes organizam as ações e os programas através de agrupamentos temáticos, de modo que sua aplicação seja viável.

De acordo com Reis (2008, p. 91), o tema *educação* está no Eixo Estruturante 1 porque é “considerada como estratégia de desenvolvimento do GABC”. A proposta do PRE é construir uma integração entre todos os níveis da educação: fundamental, médio, superior e qualificação profissional. Todos devem atuar em conjunto, proporcionando maior qualidade e eficácia aos programas já existentes na região.

O planejamento contém a proposta de uma política educacional consensual para a região, com o objetivo de fazer frente às mudanças tecnológicas em curso e contemplar as exigências de maior qualificação dos profissionais a disputar o mercado de trabalho no novo cenário econômico. (REIS, 2008, p. 91)

Dentre as inúmeras propostas de ação, destacam-se neste ensaio a questão da formação profissional, o papel das instituições de ensino superior e a contribuição das pesquisas científicas e tecnológicas no desenvolvimento da região. Tais propostas visavam auxiliar o setor terciário por meio de ações na área educacional, especialmente através da pesquisa no desenvolvimento de novas tecnologias para produção e gestão do negócio. Entendia-se que os comerciantes “deverão estar vinculados à estrutura universitária local – pública e privada – e às entidades representativas dos setores econômicos” (CÂMARA, 1999, p. 12). Portanto, as instituições de ensino superior, especialmente os Cursos Superiores de Tecnologia, foram peças chave neste processo de desenvolvimento regional.

O PRE caracterizou a região do Grande ABC como um polo tecnológico de alto nível, onde era necessária a qualificação contínua tanto das instituições de ensino quanto dos profissionais disponíveis no mercado de trabalho local. A proposta ainda apontou uma aproximação das universidades e das empresas, conforme descrito no Planejamento (1999, p. 14), “Integração universidade-empresa, por meio de programas específicos e contínuos. (...) Programas de apoio e difusão tecnológica para as pequenas e médias empresas”. Tal aproximação deve-se ao fato de que a governança preocupou-se em focar a política educacional para a formação de profissionais que atendam às necessidades do mercado de trabalho da região. Dentre todas, destacam-se as ações voltadas à formação profissional adequada à região: “Reforço do ensino técnico da região. Qualificação da mão de obra regional tendo em vista as vocações regionais. (...) Ampliação dos programas de integração entre as empresas e as escolas.” (CÂMARA, 1999, p. 14). O PRE sustentou que economia e ensino superior devem caminhar juntos para atender às necessidades socioeconômicas da região. O ensino técnico é uma vertente neste trabalho de formação profissional e, de acordo com o PRE, é imprescindível investir nesta área.

### **Entre a Teoria da Governança e a prática do PRE: o caso das FATECs do ABC**

Um projeto de tamanha complexidade como o PRE e as políticas públicas que o sustentaram, via ações da governança regional, não pode ser analisado isoladamente, ou seja, desvinculado de sua práxis. O movimento teve grande expressão na década passada e iniciou discussões relevantes para o mercado de

trabalho e para o desenvolvimento socioeconômico. Embora alguns projetos tenham colhido bons resultados, muitos não passaram de planos detalhados no papel. Se a vertente principal do Planejamento era a educação, seu eixo base, por que então as principais ações não puderam ser concretizadas nesse sentido? Talvez, em uma breve análise, isso justifique o motivo pelo qual outras ações do PRE não puderam ser realizadas.

Para verificar a contribuição prática do PRE para o desenvolvimento regional, decidimos analisar a implantação das quatro<sup>6</sup> unidades de FATEC do Grande ABC, visando entender como se deu o processo e como é feita a gestão das unidades, visto que a chegada delas na região faz parte de um conjunto de ações proposto no Eixo Estruturante 1 do PRE, criado e pautado no trabalho da governança.

O estudo caracteriza-se por trabalhar com casos múltiplos, pois abre a reflexão necessária e ausente da implantação das unidades como expectativa de um planejamento coletivo a favor da superação da crise do velho sistema industrial de produção. Identifica e descreve o fenômeno, bem como as características atuais de sua gestão e a expectativa de futuro. É considerado múltiplo porque o estudo contém mais de um caso (YIN, 2005).

Os procedimentos adotados incluíram a pesquisa bibliográfica e a pesquisa de campo. A bibliográfica incluiu estudos sobre educação, sociedade, história regional, projetos pedagógicos da educação superior tecnológica presentes em livros, artigos, periódicos, *sites*, teses e dissertações, boletins eletrônicos. Dentre as Faculdades de Tecnologia distribuídas pelo Estado de São Paulo, as quatro selecionadas para a pesquisa de campo foram: FATEC Mauá, FATEC São Bernardo do Campo, FATEC Santo André e FATEC São Caetano do Sul.

Sobre os sujeitos de pesquisa, é importante dizer que as FATECs são administradas e mantidas pelo Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza – CEETEPS, fundado em 1969. As Faculdades de Tecnologia são instituições públicas estaduais que oferecem cursos de tecnologia de nível superior, ou seja, formam tecnólogos cujo diploma é legalmente reconhecido pelo MEC. Sua proposta político-pedagógica consiste em oferecer cursos conforme as necessidades do mercado de trabalho regional, tanto do setor industrial como do setor de serviços. Elas são criadas com o propósito de atender às exigências da economia local e formar mão de obra qualificada. Daí os acordos e parcerias entre as FATECs, o governo local-regional e as empresas privadas.

Assim, foram realizadas entrevistas com os diretores de cada unidade, além de visitas às instalações e entrevistas com colaboradores. A análise dos resultados do trabalho de campo deu-se sob três aspectos: processo de implantação, missão das unidades e gestão atual. Sobre o processo de implantação, as entrevistas apontaram que todas as unidades nasceram de um processo de expansão do Centro Paula Souza para diversas regiões do Estado de São Paulo. Contrariamente ao que se esperava, nenhum dos entrevistados mencionou a participação do trabalho da governança regional no processo de implantação. As prefeituras de cada município, em todos os casos analisados, tiveram participação na implantação

---

<sup>6</sup>A FATEC Diadema não está incluída na pesquisa pois esta unidade foi inaugurada posteriormente ao estudo.

das FATECs cedendo espaço para as unidades, além de reformas nos prédios e instalações. Entretanto, na prática, outras instâncias da governança (além das prefeituras) não tiveram a mesma participação. Detectou-se que nenhuma das unidades participa frequente ou formalmente de trabalhos promovidos pelo Consórcio ou pela Câmara do ABC, por exemplo. A contribuição social dessas FATECs limita-se ao oferecimento de cursos de tecnologia de nível superior, sendo inexistente o envolvimento com projetos da governança regional.

A missão das unidades, que envolve os objetivos e a proposta político-pedagógica da FATEC, foi compreendida da mesma maneira por todos os diretores entrevistados. Para eles, as unidades devem atender às necessidades da população local oferecendo cursos de graduação tecnológica que possam dar oportunidade de trabalho aos jovens. Sobre a proposta político-pedagógica, o critério de escolha e oferecimento dos cursos deve seguir a vocação econômica regional, de modo que a sociedade seja beneficiada e as empresas também. Além disso, a formação técnica oferecida deve ser focada, proporcionando o caráter de especialista em determinado segmento. Portanto, na teoria, a missão das FATECs do Grande ABC estava coerente com seu contexto social.

Em relação à gestão das unidades, pode-se afirmar que não houve integração, nem mesmo projetos em comum entre elas. Percebeu-se que cada gestor concentra-se no trabalho de sua unidade e toma decisões, exceto em casos que necessitem da aprovação da Congregação ou da Superintendência do CEETEPS. No mais, ações, atividades, convênios e parcerias são exclusivos de cada unidade com seus pares, sejam eles do setor público ou privado. Nas entrevistas, também foi possível perceber que os diretores são focados nas normas e diretrizes do CEETEPS, o que os torna distantes da política ou da governança local. Há procedimentos a serem seguidos, como uma filial de qualquer empresa, e, portanto, assuntos que não estejam ligados à gestão do CEETEPS consequentemente não dizem respeito à gestão da unidade. Com exceção da unidade São Caetano do Sul, que mantém uma relação forte com a prefeitura do município, os demais, ao contrário, procuram não se envolver com questões políticas. Se há um projeto ou uma proposta a ser discutida, isso ocorrerá em níveis hierárquicos superiores, isto é, via Superintendência ou setores específicos do CEETEPS.

A questão é que o movimento de governança impulsionou muitas ações na área educacional, dentre elas a implantação das FATECs na região. Não é sem razão que estas unidades foram implantadas na região somente após a publicação do PRE (1999-2000). A primeira FATEC do Grande ABC é a unidade Mauá, que foi inaugurada em 2002. Na sequência, implantou-se a unidade São Bernardo do Campo (2005), Santo André (2007) e São Caetano do Sul (2007). Não é também coincidência que todas tenham vindo para a região durante o período de vigência do PRE, que de acordo com sua documentação, é de 1999-2000 a 2009-2010.

O que se pode entender é que houve falta de continuidade do trabalho da governança. Se os diretores das FATECs do ABC não conheciam o PRE, não possuíam projetos de parceria ou envolvimento com outras instituições públicas, significa que o conceito e as propostas da governança ficaram em outras instâncias

políticas, ou seja, não aconteceram na prática da formação tecnológica oferecida pelas FATECs. Um exemplo da falta de continuidade do trabalho é o fato de as unidades terem sido implantadas, mas a participação delas nas propostas do PRE não terem sido aplicadas. No Eixo Estruturante 1, um dos objetivos do programa era “apoio e difusão tecnológica, incubadora de empresas de base tecnológica e parques tecnológicos” (CÂMARA, 1999); outro objetivo era criar núcleos de apoio e desenvolvimento da produção a partir de parcerias com as universidades e faculdades da região. Além disso, havia ainda a proposta de criação de um Polo Tecnológico para o Grande ABC, visando ao fomento aos negócios e ao desenvolvimento econômico da região. Nenhuma dessas propostas se concretizou.

O que se observou é que as unidades realizam pequenas ações, focadas em sua própria comunidade, para atender algumas necessidades específicas. Cada FATEC contribui de alguma forma com a qualificação dos alunos e o aprimoramento dos estudos. Mas, ao comparar-se com as ações propostas pelo PRE, são apenas o começo. A região pensou ser parte da política de expansão das FATECs e, depois, viu-se somente beneficiária de uma política que lhe é parcialmente estranha, que é profundamente centralizada pelo governo paulista. Os limites do modelo centralizador dessas escolas não foram ultrapassados e, portanto, a atuação delas é pequena frente às necessidades da região. Logicamente as FATECs não resolverão, sozinhas, todos os problemas de formação acadêmica e profissional, mas sua contribuição poderia ser maior quando se analisa sua estrutura, seus recursos e sua proposta político-pedagógica.

O CEETEPS é uma organização que oferece ensino técnico e profissional por meio das organizações FATEC e ETE, cuja gestão é similar à de uma empresa filial. Há procedimentos, departamentos, metas e regulamentos, os quais devem ser cumpridos pelas unidades. Isso nega aos diretores o poder de negociar, planejar ou participar de ações promovidas pela governança local, dando-lhes autonomia apenas para trabalhar com a gestão interna e pouca (ou nenhuma) liberdade para a contribuição social, que seria compromisso não somente com a educação, mas também com a vida social, cultural e profissional dos cidadãos. Embora a FATEC seja uma instituição pública de ensino, é possível perceber em sua gestão traços do modelo “neoprofissional, heterônimo e competitivo” pesquisado por Sguissardi (2004). A partir do momento em que metas são exigidas e cobradas de seus diretores, os procedimentos são burocráticos e competitivos tanto quanto ocorre em uma empresa. Ora, colocadas numa região que produzia experimentações na sociedade civil e nos governos, a favor do reencontro de identidades pós-industriais, o modelo burocrático teria de apresentar defasagens, o que se esclarece nas entrevistas com dirigentes.

A tarefa que cabe ao diretor de unidade da FATEC não é compatível com sua proposta político-pedagógica, pois o gestor local não tem autonomia para avançar as “fronteiras” da unidade. Essa é a responsabilidade de outros setores do CEETEPS, preparados para trabalhar com a política estadual macro e pouco atenciosos com as especificidades regionais onde se encontram as escolas. Todavia, a postura encontrada foi de um gestor comum, de um diretor administrativo preocupado com problemas do cotidiano burocrático.

Enfim, a proposta de oferecer ensino técnico de nível superior para a população, visando formar profissionais para o mercado de trabalho local, foi cumprida com a instalação das unidades. Logicamente, é preciso aumentar o número de vagas, cursos e infraestrutura para atender a uma parcela maior da sociedade, mas é possível afirmar que o primeiro passo foi dado e a caminhada deve continuar, de preferência com a participação e o apoio da governança regional.

## Conclusão

Este estudo pesquisou a relação entre o processo de instalação da escola pública na região do Grande ABC, por meio da análise da implantação das unidades de FATEC e sua sinergia com o território, a par das articulações para o melhor alcance dos seus objetivos formativos. O estudo mostra que pensar o processo educacional superior na relação direta com microfísicas regionais é uma postura indispensável para se tomar o pulso de todo o discurso e de toda a prática da educação brasileira na atualidade.

A discussão sobre o ensino superior e o papel da governança regional na busca pelo desenvolvimento socioeconômico é necessária e urgente. Não se trata de uma discussão puramente acadêmica, se entendida como interna à corporação, mas também político-social. As obras analisadas, as conversações com dirigentes e os documentos consultados revelam que nosso sistema educacional não chega a todos e, quando chega, muitas vezes sua qualidade é duvidosa. Qualidade, aqui, tanto significa a ação curricular quanto o encontro desse currículo com a sociedade em que se insere o equipamento educativo. É necessário diversificar – e questionar – os modelos existentes e descobrir novos meios de educar e qualificar as pessoas (PENIN, 2006). O ensino tecnológico superior surge neste cenário como uma alternativa eficaz e seus números mostram que o tecnólogo tem conquistado um espaço cada vez maior no mercado de trabalho.

A discussão pede, ainda, a participação de outros atores sociais, não somente governo ou gestores acadêmicos. Ensino, sociedade e política são uma força tripartite e indiscutivelmente devem caminhar juntos na sociedade moderna (TEIXEIRA, 1976). De acordo com este princípio, a governança do Grande ABC iniciou debates sobre a difícil condição social da região durante a década de 1990 e, principalmente através da publicação do Planejamento Regional Estratégico – PRE propôs inúmeras ações para novos patamares de desenvolvimento socioeconômico, incluindo a área de educação e tecnologia.

O PRE foi construído e institucionalizado pelas ações da governança regional do ABC, o que inclui o trabalho do Consórcio Intermunicipal, da Câmara do Grande ABC e demais projetos cuja participação envolvia os governos locais, representantes da sociedade civil e grupos econômicos. Portanto, seu principal objetivo foi criar uma nova cultura política regional, ou seja, implantar projetos e ações que valorizassem a participação democrática nas políticas públicas, atendendo às necessidades da comunidade com maior eficácia.

Dentre as propostas, constavam com grau de preferência ações da gestão consorcial junto ao governo estadual para implantação das FATECs no Grande ABC, o que se baseou principalmente nas relações políticas entre os prefeitos eleitos em 1989 para os sete municípios do Grande ABC e o então governador do Estado de São Paulo, Mário Covas. Portanto, a chegada destas unidades já era esperada por aqueles que participaram do processo de criação desses órgãos, pois as decisões foram tomadas coletivamente, consorcialmente.

Entretanto, o estudo de casos múltiplos detectou a falta de conexão entre a gestão das FATECs do Grande ABC e a política regional. As questões ligadas à visão política do trabalho técnico-educativo não são tratadas pelas unidades e, sim, por outras instâncias da administração do CEETEPS. Isso enfraquece as ações locais e limita o gestor da unidade ao controle dos procedimentos internos e burocráticos, seguidores de regras e normas estipuladas pela instituição matriz. Não existe espaço para propostas de trabalho em parceria com outras instituições públicas e envolvimento em projetos sociais, pois não há autonomia da unidade neste sentido.

Alguns passos foram dados em busca de melhorias no ensino superior oferecido na região do ABC. A implantação das FATECs e a chegada da Universidade Federal do ABC trazem novas possibilidades aos nossos futuros profissionais. Os planos para oferecimento de novos cursos, ampliação das unidades e do número de vagas poderão atingir uma parcela maior da população, o que deve ser considerado. No entanto, dada a história corporativa que tivemos e temos e dada as autonomias de saberes, que rompem a relação entre políticas e população, podemos ter universidades de ponta descompromissadas com o destino das populações do entorno. E no caso em estudo, o modelo FATEC representou, de certo modo, a perda de substância do próprio Planejamento Estratégico do Grande ABC (2000-2010), que trabalhou pela sua instalação, mas não acompanhou sistematicamente, não exigiu conselhos de governança, não avaliou de modo sequencial e, portanto, deixou-as seguir segundo os esquemas montados *a priori* pelas suas corporações paulistas. Autonomia universitária supõe, antes de tudo, compromisso e inclusão cidadã, pois os autônomos não podem ser somente os acadêmicos e sim os cidadãos e cidadãs tornados parceiros da universidade, além de seus suportes.

As FATECs do Grande ABC – a exemplo de tantas outras espalhadas pelos territórios regionais – podem contribuir com a sociedade local e se fortalecer no interior das políticas públicas, desde que sua gestão esteja aberta ao “novo” nas formas de governo, à crítica curricular e às visões e ações da comunidade em que se inserem. A despeito de serem difíceis a sincronia e a sintonia – dada a história educacional brasileira – são necessárias e urgentes.

A base educacional supõe gerir-se fora de uma política condutora e, por seu lado, a suposta política condutora não cria diálogos eficientes com a base educacional, mantendo-se um jogo de aparências. Repete-se, em parte, o velho processo político que tantas vezes atrasou as convergências entre educação e desenvolvimento. Portanto, uma discussão política mais integrada e integradora de gestão consorcial deve ter como base o tripé ensino superior tecnológico, atores

locais-regionais e desenvolvimento socioeconômico, visando novas propostas para problemas como emprego qualificado, igualdade de oportunidades, ampliação da sociedade civil organizada e educação democrática. Esses fatores – e valores – de desenvolvimento ainda esperam e merecem mais atenção, notadamente em regiões como o Grande ABC que passam, sincronicamente, por intenso processo de substituição de seus sistemas produtivos e por acúmulo de demandas sociais. Comprometer-se é preciso.

## REFERÊNCIAS

ABRUCIO, Fernando Luiz; SOARES, Márcia Miranda. *Redes federativas no Brasil: cooperação intermunicipal no Grande ABC*. São Paulo: Fundação Konrad Adenauer, 2001.

ALVES, Luiz Roberto. *Trabalho, cultura e bem-comum – Leitura crítica internacional*. São Paulo: Annablume; FAPESP, 2008.

BRASIL. Emenda Constitucional nº 59, 11 de novembro de 2009. Acrescenta § 3º ao art. 76 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias; dá nova redação aos incisos I e VII do art. 208; dá nova redação ao § 4º do art. 211 e ao § 3º do art. 212 e ao caput do art. 214, com a inserção neste dispositivo de inciso VI. *Diário Oficial da União* – 12/11/2009, (Publicação Original).

BRASIL. Lei nº 12.796, 4 de abril de 2013. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para dispor sobre a formação dos profissionais da educação e dar outras providências. *Diário Oficial da União* – 5/4/2013, (Publicação Original).

BRASIL. Lei nº 13.005, 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências. *Diário Oficial da União* – 26/6/2014, (Publicação Original).

BUARQUE, Cristovam. *A Universidade numa encruzilhada*. UNESCO, Paris, 23-25 junho 2003.

CÂMARA DO GRANDE ABC. Câmara do Grande ABC – Planejamento Regional Estratégico – Documento. Santo André, 1999.

CENTRO PAULA SOUZA – CEETEPS. Departamentos. Centro de Gestão Documental – CGD. Apresenta a data de criação de cada FATEC. Disponível em: <http://www.centropaulasouza.sp.gov.br/QuemSomos/Departamentos/Departamentos.html>. Acesso em: 09 set. 2013.

DRUCKER, Peter. *Sociedade pós-capitalista*. São Paulo: Pioneira, 1999.

DURKHEIM, Émile. *Educação e Sociologia*. 4.ed. São Paulo: Edições Melhoramentos, 1955.

FREIRE, Paulo. *A educação na cidade*. São Paulo: Cortez, 2006.

FUNDAÇÃO SISTEMA ESTADUAL DE ANÁLISE DE DADOS – SEADE. Informações mais consultadas. População. Informações dos Municípios Paulistas – IMP. Apresenta população por período e localização. Disponível em: <http://produtos.seade.gov.br/produtos/imp/index.php?page=tabela>. Acesso em: 15 abr. 2015.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA – INEP. Informações estatísticas. Sinopses estatísticas. Sinopses Educação Superior. *Censo da Educação Superior 2013*. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/superior-censosuperior-sinopse>. Acesso em: 14 abr. 2015.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO – MEC. Educação Superior. Instituições. Busca de instituições. Apresenta instituições públicas e privadas. Disponível em: [http://www.educacaosuperior.inep.gov.br/funcional/busca\\_instituicao.stm](http://www.educacaosuperior.inep.gov.br/funcional/busca_instituicao.stm). Acesso em: 14 set. 2013.

PENIN, Sonia Teresinha de Sousa. Adeus à inocência sobre o ensino superior. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 20, n. 58, p. 332-338, 2006.

REIS, Regina Célia dos. *Alternativa política no contexto federativo – Integração regional no Grande ABC Paulista*. São Paulo: Blucher Acadêmico, 2008.

SCHWARTZMAN, Simon. *Ciência, universidade e ideologia – a política do conhecimento*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

SGUISSARDI, Valdemar. A universidade neoprofissional, heterônoma e competitiva. In: MANCEBO, D.; FÁVERO, M. de L. de A. (Org.). *Universidade: políticas, avaliação e trabalho docente*. 1 ed. São Paulo: Cortez, 2004, v. 1, p. 33-52.

SILVEIRA, Suely de Fátima Ramos et al. Políticas Públicas: monitorar e avaliar para quê? *Políticas Públicas, Gestão e Sociedade*. Viçosa: Triunfal Gráfica e Editora, 2013.

SOUZA, Celina. *Estado da Arte da Pesquisa em Políticas Públicas*. Políticas Públicas no Brasil. Gilberto Hochmam, Marta Arretche e Eduardo Marques (orgs.). Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2007.

STEINER, João. Conhecimento: gargalos para um Brasil do futuro. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 20, n. 56, p. 75-90, 2006.

\_\_\_\_\_. O Instituto de Estudos Avançados da USP. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 18, n. 50, p. 357-363, 2004.

TEIXEIRA, Anísio. *Educação e universidade*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1988.

\_\_\_\_\_. *Educação no Brasil*. São Paulo: Editora Nacional, 1976.

YIN, Robert K. *Estudo de caso: planejamento e métodos*. Tradução de Daniel Grassi. Porto Alegre: Bookman, 2005.

WANDERLEY, Mariangela Belfiore. Gestão Social e políticas públicas: uma questão em debate. *Gestão Social: mobilizações e conexões*. São Paulo: LCTE Editora, 2013.

Submetido em 03/12/2013

Aprovado em 05/04/2015

#### **Sobre os autores**

##### **Nara Katsurayama Cazzolato**

Mestre em Administração e Docente da Universidade Metodista de São Paulo

Endereço: R. do Sacramento, 230 - Ed. Teta, Rudge Ramos. 09640000 - São Bernardo do Campo, SP – Brasil.

E-mail: nara.cazzolato@gmail.com

##### **Luiz Roberto Alves**

Doutor em Letras (Teoria Literária e Literatura Comparada) pela Universidade de São Paulo | Membro do Conselho Nacional de Educação. Líder de Pesquisa junto à Cátedra de Gestão de Cidades. Docente da Universidade Metodista de São Paulo.

Endereço: Rua do Sacramento, 230, Rudge Ramos. 09640-000 - São Bernardo do Campo, SP – Brasil.

E-mail: luiz.alves@metodista.br